

Reprodução/Instagram/Sesp-RR

O comando da segurança pública no Brasil é na sua grande maioria masculina e marcada pela desigualdade de gênero. Entre as 27 unidades da federação, apenas uma mulher ocupa o cargo de secretária estadual de segurança.

Atualmente, o único estado com uma mulher à frente da pasta é Roraima, com a coronel da Polícia Militar Carla Jordanna Rodrigues, que assumiu o cargo em janeiro de 2025.

Os secretários de segurança pública são nomeados pelos governadores. Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, os dois estados governados por mulheres, as secretarias de segurança pública são chefiadas por homens.

A ausência de mulheres no comando da segurança pública não se restringe aos estados e se repete no âmbito federal. Em mais de 200 anos de existência, o Ministério da Justiça foi chefiado apenas por homens.

Atualmente, a pasta é comandada por Ricardo Lewandowski. O cargo de secretário nacional de Segurança Pública também é ocupado por um homem, Mario Sarubbo. No passado, apenas uma mulher ocupou o mesmo posto: Regina de Luca, no governo Dilma Rousseff (PT).

Rodrigues, a secretária de Segurança Pública de Roraima, tem 18 anos de carreira na Polícia Militar. Ingressou em 2007 como soldado e percorreu todas as patentes até chegar a coronel, a mais alta da corporação.

Antes de assumir a secretaria, comandou o policiamento do interior do estado, coordenando operações em mais de 40 localidades. Ela disse que o governador Antonio Denarium (PP) a convidou para o cargo com a missão de integrar e fortalecer o trabalho das forças de segurança e ampliar a proteção a mulheres e crianças.

A secretária afirma que a presença feminina na gestão da segurança pública traz um diferencial, ao favorecer uma atuação mais humanizada no atendimento à população e uma atenção maior ao bem-estar dos policiais.

“Embora hoje haja uma valorização da mulher no atual governo estadual, ao longo da minha carreira enfrentei resistência de homens dentro da corporação, que têm dificuldade em compreender que autoridade independe de gênero”, disse.

Rodrigues foi eleita em dezembro vice-presidente da região Norte na nova diretoria do Consesp (Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública). Ela também é a única mulher a ocupar uma cadeira na entidade.

Para Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, a presença quase exclusiva de homens nos cargos de comando da segurança pública traz consequências para as políticas públicas na área.

Segundo ela, a lógica domi-



Coronel da Polícia Militar Carla Jordanna Rodrigues comanda a secretaria em Roraima

# Apenas uma mulher ocupa o cargo de secretária estadual de segurança

## Essa predominância masculina se reproduz nas próprias forças policiais



Dados mostram que 12% dos agentes da PM do país são mulheres

nante tende a se concentrar no enfrentamento direto ao crime, deixando em segundo plano a dimensão do cuidado e da proteção que o olhar feminino poderia incorporar. Ela diz que o resultado é o predomínio de uma abordagem marcada por uma lógica bélica.

Essa predominância masculina, explica, não se restringe às secretarias estaduais, mas se reproduz nas pró-

prias forças policiais e nos espaços de formulação e liderança, como as comissões de segurança pública no Congresso.

No Brasil, ainda há estados que impõem limites nos editais das polícias militares para o ingresso de mulheres, fixando percentuais máximos de participação feminina. Na prática, esses mecanismos funcionam como um teto que res-

tringe a presença das mulheres nas corporações.

### Arquitetura política

Segundo dados do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil contava com 401.545 policiais militares em 2023, ano mais recente com informações consolida-

das. Desse total, 350.186 (87,15%) eram homens e 51.656 (12,85%) eram mulheres.

Considerando o conjunto das forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e órgãos oficiais de perícia), o efetivo feminino soma 93.519 mulheres. Desse total, 11.236 (10,84%) ocupavam cargos de comando em 2023.

A professora do Departamento de Segurança Pública da UFF (Universidade Federal Fluminense) Jacqueline Muniz considera que a baixa presença feminina nos postos máximos da área não é casual nem resultado de falta de qualificação. Para ela, trata-se de uma arquitetura política e simbólica que naturaliza a desigualdade de gênero e que, no campo da segurança pública, assume feições próprias e particularmente resistentes à mudança.

Ainda segundo a especialista, a presença de mulheres em cargos de comando passa a ser interpretada como uma ameaça à autoridade, associada à ideia de “feminilização” do poder e à perda da identidade tradicional da segurança pública -que historicamente é marcada pelo comando, pela força e pela figura do masculino guerreiro.

Nessa lógica, a liderança feminina é vista como uma desvalorização do que seria o “verdadeiro trabalho policial”, entendido como aquele baseado no confronto, no uso excessivo da força e na lógica permanente de guerra.

“Esse modelo insiste em manter a segurança pública como ‘assunto de homem’, como se apenas homens fossem capazes de compreender polícia, crime, violência e ordem. Trata-se de uma negação empírica: no Brasil, as mulheres são pioneiras e protagonistas nos estudos sobre polícia, prisão, crime organizado, violência, territorialidades e periferias”, afirma Muniz.

Ela cita como exemplo de políticas públicas de segurança que tiveram envolvimento de mulheres a Força Nacional, a Matriz Curricular das Polícias, a Doutrina Policial do Uso da Força e as ouvidorias e corregedorias unificadas.

Ricardo, do Sou da Paz, afirma que a baixa representação feminina reforça a percepção equivocada de que mulheres não teriam capacidade para exercer funções de comando.

Segundo ela, ainda há forte preconceito e rejeição à presença feminina nesses cargos, com mulheres frequentemente vistas como “fracas” ou menos “linha dura” para lidar com o crime. Predomina a noção de que lhes faltariam capacidade física, técnica ou autoridade para liderar tropas, um papel tradicionalmente associado aos homens.

Quando conseguem acessar esses espaços, muitas acabam relegadas a cargos de segundo escalão, atuando como apoio à liderança masculina. Para a especialista, a transformação desse cenário é urgente, sobretudo diante de crimes complexos como a violência contra a mulher.

**Por Raquel Lopes**  
(Folhapress)